

S. FRUTUOSO REVISITADO OU A RECENTE REVITALIZAÇÃO DO MONUMENTO*

LUÍS F. DE O. FONTES
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA

1. Introdução

Destruição e abandono são, inequivocamente, as palavras que mais frequentemente se ouvem quando se fala em Património Cultural. A persistência da sua utilização, a par da pouco habitual referência a protecções, recuperações, revitalizações e estudos, só pode significar que a situação não se tem alterado.

O património arqueológico não escapa ao panorama geral, e proteger continua a ser a angustiante preocupação quando, pelo contrário, se deveriam concentrar todos os esforços na investigação, recuperação e revitalização de sítios, monumentos, colecções, museus, etc.

Neste quadro, a revitalização do monumento de S. Frutuoso constitui uma excepção. Não só pela inversão da tendência geral de que poderá constituir o exemplo impulsionador, para esta região, mas também pelos resultados da intervenção multidisciplinar que, não se esgotando nas acções realizadas, permite já fazer uma reflexão sobre a sua eficácia e potencialidade de desenvolvimentos futuros.

O texto que a seguir se apresenta pretende ilustrar as diferentes etapas desenvolvidas no âmbito do processo de revitalização do monumento de S. Frutuoso. Através da descrição das acções desenvolvidas deseja-se, essencialmente, remeter para o princípio de que qualquer processo de revitalização em monumentos ou conjuntos históricos deve ser orientado para a sua plena fruição, considerada numa perspectiva global, em que se contemplem as diversas relações existentes entre o monumento e a sua envolvente (UNESCO, 1976).

2. Breve caracterização Histórico-Geográfica

O monumento de S. Frutuoso é uma capela martirial do século VII, mandada erigir pelo bispo bracarense S. Frutuoso para abrigar a sua sepultura, ao lado de um mosteiro consagrado a S. Salvador.

Localizando-se num pequeno outeiro denominado Montélios, perto de Braga, que se destaca do sopé das elevações que a Sul limitam a bacia hidrográfica do rio Cávado e dominando a ampla planície que se estende até ao rio, a sua implantação marca exactamente a transição da ribeira agricultada para a encosta florestada, do «ager» para o «saltus».

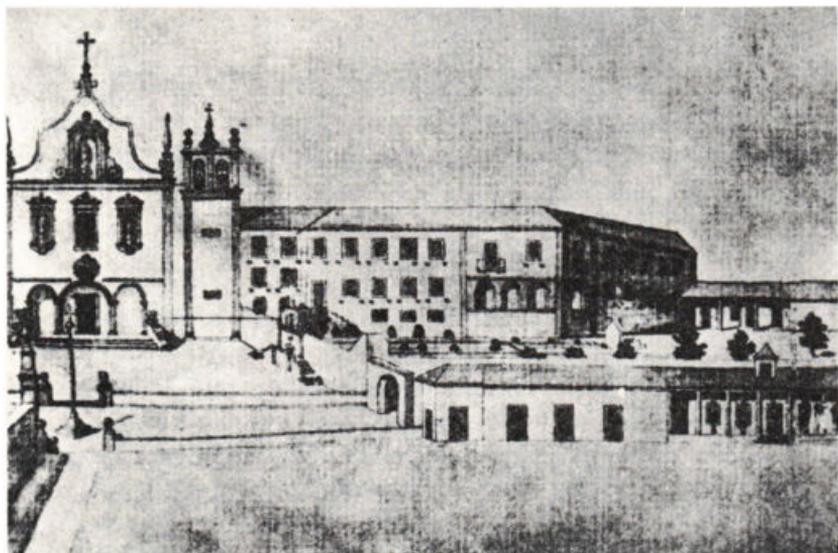
Reconstruída na época da Reconquista Cristã, acompanhando provavelmente a implantação do culto de S. Frutuoso, posteriormente votada ao esquecimento e emparedada entre as alas do convento anexo da Ordem de S. Francisco, a pequena capela viria a ser redescoberta em 1897 pelo arquitecto Ernesto Korrodi. Já neste século, entre 1931 e 1938, foi objecto de um polémico processo de restauro, orientado por Moura Coutinho, realizando-se a sua quase integral reconstrução¹.

42

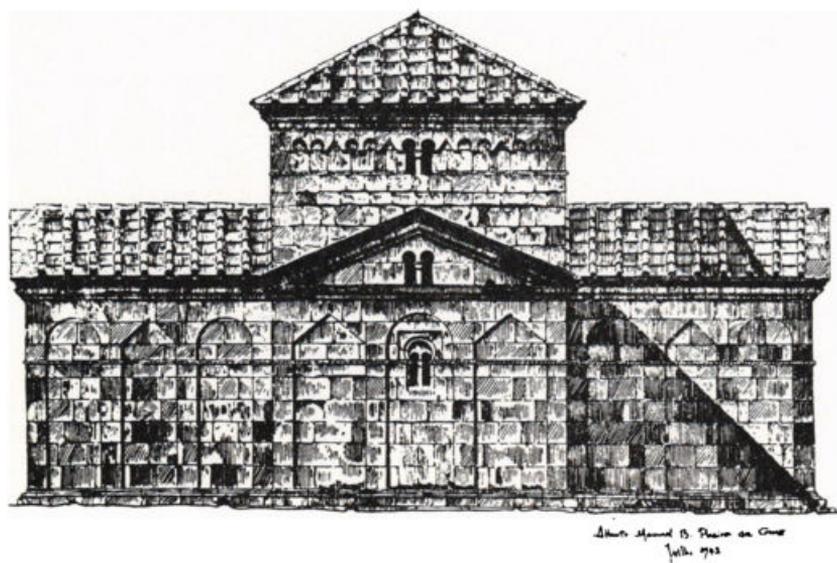
A importância do monumento foi reconhecida, promovendo o Estado Português a sua classificação como Monumento Nacional — Decreto nº 33587, de 27/3/1944. Em termos práticos, esta classificação significou a implantação de uma área de protecção «non aedificandi» em torno da capela, com um raio de 50 metros, bem como a transferência para o Estado da responsabilidade de conservação física da construção².

O progressivo abandono a que o monumento foi votado após a interrupção do restauro, por um lado, e o grande crescimento urbanístico da cidade de Braga, sem qualquer plano director específico, por outro lado, vieram a traduzir-se na acelerada degradação física da capela e no rompimento do equilíbrio paisagístico envolvente.

Em 1986, e na sequência de contínuas manifestações públicas de apreensão pelo estado de degradação em que a capela de S. Frutuoso se encontrava, iniciou-se um processo de revitalização do monumento em que, embora de uma forma não institucionalizada, se empenharam diversas entidades, procurando garantir a interdisciplinaridade necessária à abordagem de uma situação em que se cruzavam diferentes áreas de conhecimento e de interesse.³



1 — Fac-símile da gravura (I) do livro de Moura Coutinho. A torre da igreja de S. Francisco e a parte do convento imediatamente anexa já não existem. Nesse espaço encontra-se a capela de S. Frutuoso.



Alvaro Manuel B. Pereira da Costa
Julho, 1922

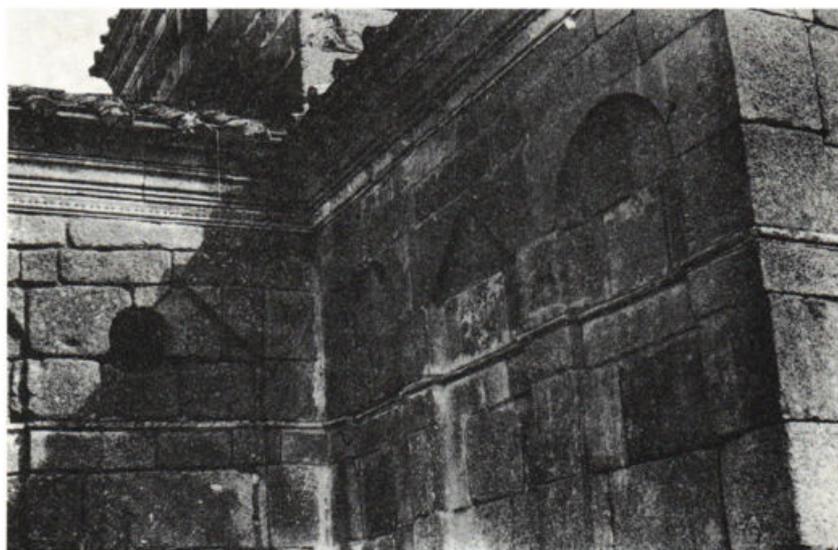
2 — Fac-símile parcial da gravura (XII) do livro de Moura Coutinho.

3. A Revitalização

Prioritariamente orientada para a conservação da capela e protecção do espaço envolvente, a revitalização contemplou igualmente os aspectos relacionados com a vigilância, apoio pedagógico e divulgação.

3.1 *Conservação do monumento*

A degradação da capela apresentava níveis bastante críticos, manifestando-se particularmente no seu interior: os forros e suportes do telhado, em madeira, encontravam-se completamente apodrecidos devido ao ataque de fungos e insectos; as argamassas de enchimento e união das paredes e dos raros vestígios de abóbadas de tijolo apresentavam uma desagregação acentuada, por perda dos componentes plásticos; os elementos de granito, calcário e mármore das paredes, impostas, capitéis e fustes, apresentavam também colonizações de musgos e líquenes, com algumas superfícies já com ligeiros descasques.



3 — Pormenor do telhado antes da substituição. Notar a intensa desagregação dos bordos das telhas.

Todos estes processos de corrosão tinham origem na infiltração de águas pluviais através do telhado⁴, que é constituído por

canais de telha plana de 0,50x0,55x0,035 metros, com rebordos laterais onde assentam as telhas de cobertura, curvas. As telhas foram fabricadas como aproximação às de tipologia romana, não possuindo porém, a mesma qualidade.

Sendo extremamente porosas, fortemente empenadas, com os cantos desagregados e encontrando-se cerca de 40% delas fracturadas, não constituíam qualquer isolamento, tanto mais quanto assentavam directamente no forro de madeira. O contacto directo da água com os madeirames suscitou o desenvolvimento de colónias de insectos e de fungos, e os escorrimentos intensos pelas paredes provocaram a lenta desagregação das argamassas, levando à abertura de fissuras e ao abatimento parcial e localizado de alguns arcos.

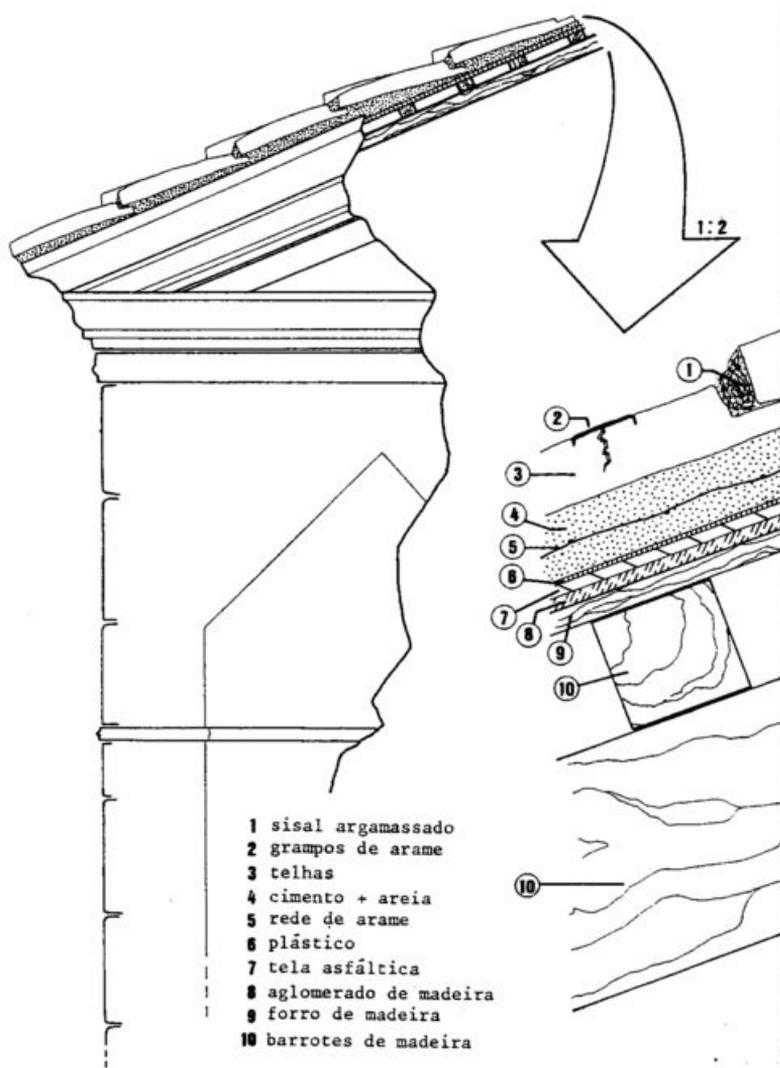
A solução encontrada resultou do compromisso entre os requisitos técnicos necessários ao perfeito isolamento das coberturas e à necessidade de não introduzir quaisquer alterações que inviabilizassem o estudo e eventuais projectos futuros de restauro integral dos interiores, em particular dos sistemas de abobadamento.

Mantendo o desenho arquitectónico existente, estruturalmente sem quaisquer riscos e bastante plausível do ponto de vista de reconstituição, introduziu-se uma nova solução ao nível da engenharia⁵:

- Recuperação das telhas, ligando as partes fracturadas com grampos de arame zincado e linhadadas de sisal argamassadas;
- Colocação de um novo forro de cobertura, assente em barrote com intervalos de 0,20 metros, em madeira de castanho;
- Colocação de isoladores entre o forro de madeira e as telhas, com as seguintes sequência e características: A = placas de aglomerado de madeira (platex), com 0,005 metros de espessura; B = tela asfáltica, com 0,0025 metros de espessura; C = poliuretano transparente (plástico), com 0,001 metros de espessura; D = argamassa de cimento e areia com cerca de 0,025 metros de espessura, armada com rede de arame zincado, destinada essencialmente a adaptar-se às irregularidades dos canais, possibilitando o seu assentamento regular.

Decorridos cerca de dois anos, a eficácia desta solução encontra-se perfeitamente demonstrada, tendo conseguido eliminar radicalmente qualquer infiltração de água. A sua durabilidade está prevista para mais de cinquenta anos.

S. FRUTUOSO . NOVO SISTEMA DE COBERTURA



4 — Esquema descritivo da nova cobertura aplicada na capela.

3.2 *Protecção do espaço envolvente*

A situação caracterizava-se pelo avanço rápido de várias frentes de urbanização: a Sul, da cidade de Braga; a Norte, da povoação de Dume. A médio prazo corria-se o risco de a malha urbana se estender até à referida povoação de Dume, eliminando a zona da encosta florestada, já quase inexistente, que ainda hoje separa o espaço rural do espaço urbano — encosta de Montélios e Quinta da Ordem.

Toda esta zona, em conjunto com a ampla várzea que se estende até ao rio Cávado, constitui a sobrevivência do ordenamento territorial medieval, ilustrando perfeitamente os espaços correspondentes ao «ager» e ao «saltus».

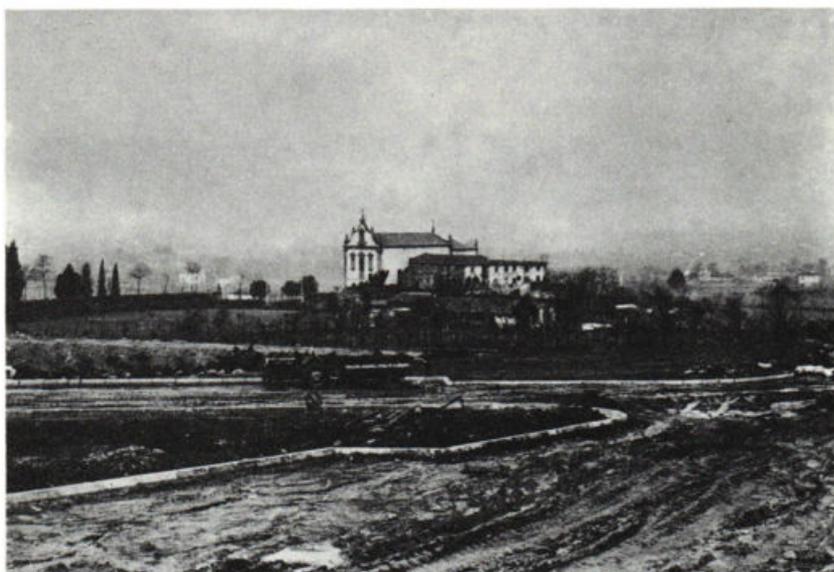


5 — Panorâmica da área envolvente do monumento, reveladora da sua inserção rural.

De assinalar ainda que a capela de S. Frutuoso, tal como o convento de S. Francisco anexo, é uma construção religiosa de implantação inequivocamente rural, construída deliberadamente afastada de qualquer contacto urbano, bem na tradição monástica medieval.

A envolvente paisagística do monumento deveria, portanto, considerar essa relação espacial, aspecto que a área de protecção mínima legal de 50 metros não contemplava. A situação agravava-se porque os projectos de urbanização também não previam o estabelecimento de qualquer relação espacial com o monumento, o que conduziria ao seu completo desenquadramento e «asfixia».

A única forma possível de salvaguardar a inserção do monumento na paisagem e racionalizar o crescimento urbano envolvente foi a de alargar a sua área de protecção, através do recurso à figura jurídica de ZONA DE PROTECÇÃO ESPECIAL (ver nota 2).



48

6 — A relativa proximidade de novas urbanizações estiveram na base da proposta de criação de uma Zona de Protecção Especial.

Este conceito de Zona de Protecção Especial não deverá, porém, ser entendido de um modo estático, bloqueador, mas antes como um instrumento dinâmico, que assegure qualidade e harmonia às transformações do território, nomeadamente através da garantia de participação de especialistas de diferentes áreas, desde a História e Arqueologia até à Arquitectura e Ordenamento Territorial.

Obedecendo a esta perspectiva, a ZPE proposta (ver fig. 7) foi considerada como a que mais eficazmente poderia ser defendida,



- 7 — Extracto das folhas 56 e 70 da Carta de Portugal, 1:25000, dos Serviços Cartográficos do Exército, com indicação da Zona de Protecção Especial proposta em 1987.

embora transigisse, a Sul, com urbanizações e vias de comunicações projectadas⁶.

3.3 *Vigilância, apoio pedagógico e divulgação*

A contratação de um guarda-guia para o monumento, assegurada pelo Instituto Português do Património Cultural a partir de 1987, constituiu o passo fundamental no arranque da revitalização, quer porque garantiu a vigilância efectiva do monumento quer porque permitiu a sua manutenção quotidiana. Aspectos efectivamente importantes pois não se pode pensar em fruição de monumentos sem que haja controle de acesso, vigilância das estruturas e/ou obras de arte e limpezas de manutenção (ervas, poeiras, etc.).

Procedeu-se então à instalação de um pequeno núcleo expositivo numa sala anexa à igreja de S. Francisco⁷, e que surgiu como resposta à necessidade de se recolherem os elementos arquitectónicos que se encontravam dispersos pelo chão da capela, terrenos envolventes e dependências arruinadas do convento anexo.

A qualidade estética e interesse histórico de alguns desses elementos, como capitéis, frisos e impostas, justificavam a sua exposição pública. Concebeu-se assim uma exposição permanente que os integrasse, em conjunto com textos e fotografias alusivas quer ao bispo S. Frutuoso e sua época quer à história e arquitectura do monumento.

50

A criação da exposição permitiu, igualmente, preencher a lacuna que constituía a ausência de quaisquer elementos de apoio pedagógico, tornando possível uma melhor compreensão do monumento não só aos visitantes comuns como também, e sobretudo, às populações escolares.

Um outro aspecto fundamental da revitalização passava pela divulgação do monumento, que julgamos poder ser feita ou orientar-se preferencialmente para duas áreas: uma, a do turismo, sem dúvida a de maior impacto, até pelas incidências económicas, e que deverá ter uma dimensão internacional considerando exactamente a projecção internacional que a capela de S. Frutuoso alcançou; a outra, de resultados menos visíveis ou quantificáveis mas de uma importância inquestionável, é a do ensino — a divulgação do monumento junto das escolas, nomeadamente através de visitas organizadas no âmbito de diferentes programas curriculares, constituirá talvez a melhor forma de preservar e justificar a sua existência.



8 — Aspecto parcial da sala onde se encontra o núcleo expositivo de S. Frutuoso.

A activação dos mecanismos e circuitos da divulgação/promoção turística sendo, de um modo geral, da competência das Comissões Regionais de Turismo, conta frequentemente com a colaboração de outras entidades na produção de elementos básicos de apoio à divulgação, como sejam cartazes, folhetos e brochuras, colecções de postais e de diapositivos, etc. A este nível deve ter-se em consideração os elevados padrões de qualidade que o turismo hoje exige.

No que ao monumento de S. Frutuoso respeita, registe-se aqui o apoio dado pela Comissão Regional de Turismo do Verde Minho a um projecto apresentado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em que se incluía a produção de uma brochura sobre a capela de S. Frutuoso (já editada).

Pela Junta de Freguesia de Real foi também editado um cartaz.

4. Para uma fruição plena

Retomando o princípio referido na introdução deste artigo, de que qualquer revitalização deve ser orientada para a plena fruição do monumento ou conjunto histórico, finalizaremos com algumas reflexões a propósito da perspectiva global que deverá orientar essa fruição, adiantando em paralelo algumas ideias sobre possíveis desenvolvimentos do processo de revitalização implementado em S. Frutuoso.

Reflexões e ideias que julgamos tão oportunas quanto necessárias, já que a revitalização de S. Frutuoso se fez sem qualquer reflexão prévia conjunta e sem qualquer projecto integrado ou um simples plano de trabalhos, abrindo possibilidades ao eventual desvirtuamento do sentido e eficácia do que já foi feito, correndo o risco de repetir-se a situação de 1931-1938. Neste sentido, deverão também entender-se como uma primeira tentativa de sistematização do processo, susceptível de servir de base a futuras acções a realizar em Montélios.

Ir a S. Frutuoso de Montélios não é, simplesmente, ir visitar a capela pré-românica. A sensação de fruição começa logo ao penetrar-se no sinuoso caminho, marginado por muros altos cobertos de vegetação, que vai desembocar no arejado largo fronteiro à igreja de S. Francisco.

Aí a sensação acentua-se: o enquadramento das casas de lavoura, as sombras frescas das oliveiras, a panorâmica larga e

luminosa da ampla planície agricultada que se estende até ao rio Cávado, a quietude do lugar, conferem uma outra dimensão ao monumento.

A pequena capela, apesar de se encontrar sobreelevada e possuir uma volumetria distinta que a individualiza da igreja e convento de S. Francisco, quase passa despercebida. Normalmente, só depois de se observar o espaço envolvente é que o olhar se detém na sólida mas elegante construção de granito.

A perspectiva global que subjaz à nossa reflexão começa aqui a definir-se: a capela de S. Frutuoso não existe por si só, bem pelo contrário, faz parte indissociável de um todo coerente em que o espaço envolvente detém um peso significativo. E significativo porque, entendido como o quadro natural e construído, afecta, efectivamente, o modo como o monumento é fruído.

A importância de Montélios como espaço envolvente de S. Frutuoso é pois manifesta, sendo a sua salvaguarda uma exigência que resulta do seu carácter essencial. A própria designação de S. Frutuoso de Montélios, utilizada já desde o século X⁸, ao associar a capela (identificada pelo nome do santo) ao lugar, constitui a melhor demonstração da interligação entre monumento e espaço envolvente.

Referimos algumas linhas acima que a capela de S. Frutuoso quase passa despercebida entre a igreja de S. Francisco e as construções anexas do convento, abandonado e parcialmente em ruínas. Há cerca de 60 anos atrás nem sequer era visível do exterior, pois encontrava-se emparedada sob a ala Sul do convento, demolida na altura da reconstrução de que foi objecto entre 1931-38 (COUTINHO, 1978). Para se ter acesso à plataforma onde se implanta ou ao seu interior, ainda hoje é necessário entrar na igreja de S. Francisco. Esta circunstância remete, por si só, para a existência de uma forte relação espacial entre o monumento e outras edificações, sem pôr em causa, obviamente, a sua individualidade como produção arquitectónica.

O que importa reter é que os edifícios, sobretudo quando tão directamente associados, também são componentes que devem ser considerados para a obtenção do equilíbrio e manutenção do carácter específico do monumento⁹.

Observações similares às anteriormente expostas tinham-nos já conduzido, aquando da instalação do núcleo expositivo, a sugerir a criação de um circuito de visita no qual se integrariam, para além do referido núcleo e a capela de S. Frutuoso, a igreja de S. Francisco

(com excelentes decorações interiores de talha barroca), a sacristia (com um riquíssimo arcaz e relicário renascentistas) e finalmente o cadeiral também renascentista do coro (recentemente restaurado por técnicos do Instituto José de Figueiredo).

No conjunto, as diversas acções desenvolvidas, embora institucionalmente dissociadas, convergiram num mesmo objectivo — possibilitar uma melhor fruição do monumento. É assim possível, e perfeitamente justificável, falar-se em projecto global de revitalização de S. Frutuoso. Justificável, pelo que já foi feito. Possível, pelas potencialidades de desenvolvimento e optimização que se oferecem.

Concluiremos com algumas sugestões:

- Classificação da igreja e convento de S. Francisco como Imóveis de interesse Público, constituindo com a capela de S. Frutuoso um conjunto de interesse histórico-cultural;
- realização de escavações arqueológicas, que permitam acrescentar um novo conhecimento histórico não só ao monumento em si como relativamente à época de S. Frutuoso;
- Criação de uma Zona de Protecção Especial que assegure a manutenção do equilíbrio paisagístico envolvente. Como alternativa a potenciais urbanizações, a instalação de estruturas de alojamento turístico, por exemplo um parque de campismo, seria susceptível de se adequar melhor às exigências de uma área protegida;
- Recuperação do convento de S. Francisco que, para além de dever integrar-se no circuito de visita, poderia ser explorado turística e culturalmente. Seria excelente, por exemplo, para a instalação de um eco-museu regional orientado para os valores etnográficos da região (folclore, tecnologia agrícola, religião popular, etc.).

* Este artigo desenvolve um «Poster» apresentado pelo autor ao SYMPOSIUM ON SCIENCE, TECHNOLOGY AND EUROPEAN CULTURAL HERITAGE, Bolonha, Itália, Junho de 1989, sobre a problemática da revitalização do monumento de S. Frutuoso. Contamos para esse efeito com o patrocínio da Comissão Regional de Turismo do Verde Minho

NOTAS

- 1 — Divergências então surgidas, centradas na discussão relativa à filiação cultural da concepção arquitectónica, opondo «moçarabistas» a «visigotistas», originaram a suspensão dos trabalhos de reconstrução. Tão eficaz foi a decisão de suspensão para a polémica como para a capela, embora com consequências distintas e de sinal contrário: a paralização do restauro traduziu-se no progressivo abandono do monumento, que entrou em acelerado estado de degradação. Sem guarda que o protegesse, com fendas nas paredes e nos telhados, a «ruína» arruinou-se (AZEVEDO, 1964; COUTINHO, 1978; FEIO, 1954; MONTEIRO, 1939).
- 2 — Confrontar legislação existente relativa à protecção do Património Cultural em: Instituto Português do Património Cultural/Departamento de Arqueologia — *Legislação*, vol. 3, 1984.
- 3 — Desencadeada pela Junta de Freguesia de Real, a iniciativa recolheu inicialmente o apoio e colaboração do I.P.P.C., através do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, então dirigido pelo Dr. Francisco Sande Lemos. Posteriormente veio a contar com a colaboração da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Direcção de Serviços Regional de Monumentos do Norte e Comissão Regional de Turismo do Verde Minho.
- 4 — Em quantidades que se podem considerar significativas, tendo por base os dados das Cartas I.4.1. e I.4.2. do Atlas do Ambiente: no período de 1931-60, na região de Braga, registou-se uma quantidade de precipitação média anual de 1500 mm/m², ocorrendo num número de dias no ano superior a 100. ATLAS DO AMBIENTE — Notícia Explicativa I.4.1. e I.4.2., Comissão Nacional do Ambiente, Lisboa, 1984.
- 5 — Projecto elaborado e executado sob orientação de Matos Dias, engenheiro da Direcção de Serviços Regional de Monumentos do Norte, a quem agradecemos as informações relativas aos aspectos técnicos da substituição dos telhados.
- 6 — A Zona de Protecção Especial que aqui se considera é a que em 1987 foi proposta pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, e elaborada na sequência de pormenorizada visita ao local. Posteriormente foram introduzidas algumas alterações que, ao implicarem a reformulação dos projectos de urbanização envolventes conduziram à sua não aceitação por parte dos responsáveis autárquicos locais. A questão parece estar, contudo, em vias de resolução concensual, e pouco diferirá da zona proposta inicialmente.
- 7 — Organizado pelo autor, o núcleo foi instalado com a participação financeira do S.R.A.Z.N. e Junta de Freguesia de Real. De salientar a colaboração e apoio da Paróquia e da Comissão Fabriqueira na cedência da sala e sua adaptação.
- 8 — «(...) ecclesia vocabulo Sancti Fructuosi quod dicunt Montelios. (...)». Documento 19 do Liber Fidei (COSTA, 1965).
- 9 — Nesta perspectiva é pouco compreensível que só esteja classificada a capela de S. Frutuoso, apesar da proposta de classificação do convento de S. Francisco, enviada em 1985 ao I.P.P.C. pela Unidade de Arqueologia. Aproveitando a indecisão, sugerimos que se pondere a possibilidade de classificar também a igreja de S. Francisco e os dois conjuntos de edificações mais próximos.

Bibliografia

- A. GONZALEZ et alii (1986) — *Memória 1984: História i Arquitectura. La recerca històrica en els procés d'intervenció en els monuments*, Diputació de Barcelona, Barcelona.
- ALMEIDA, Fernando de (1962) — *Arte Visigótica em Portugal. O Arqueólogo Português*. Nova Série, IV, Lisboa.
- AZEVEDO, António de (1964) — *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*, Braga.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1965) — *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, I, Braga, pp. 38-40.
- COUTINHO, João de Moura (1987) — *S. Frutuoso de Montélios: as artes pré-românicas em Portugal*, Braga.
- FEIO, Alberto (1954) — A arte da Alta Idade Média no distrito de Braga, *Bracara Augusta*, V, 1-3 (26-28), Braga.
- MONTEIRO, Manuel (1939) — *S. Frutuoso: uma igreja mozárabe*, Arquivo Distrital, Braga.
- PINTO, Manuel Carrilho da Silva (1968) — A Igreja de S. Frutuoso de Montélios, *Bracara Augusta*, XXII, 51-54 (63-66), Braga.
- SCHLUNK, Helmut und HAUSCHILD, Theodor (1978) — *Hispania Antiqua*, Mainz an Rhein.
- 56 UNESCO (1976) — Recomendação de 26 de Novembro de 1976 respeitante à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Nairobi. Versão de Vasco CAMEIRA, in *Miria*, Braga, 2ª série, 2(3) 1979, pp. 5-21.

